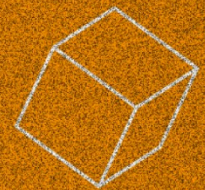


PROFESSORES

SERVIDORES

ALUNOS

**COMUNIDADE
EXTERNA**



#2025

**RELATÓRIO
DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



CPA

COMISSÃO
PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO

Reitoria

Profa. Dra. Pollyanna Almeida dos Santos Abu Hana

Vice-Reitoria

Prof. Dr. Henrique de Oliveira Costa

Chefia de Gabinete

Paulo Sérgio Lins da Silva

Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

Thiago Henrique Batista Rodrigues

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Ana Maria Jatobá Correia Ramirez

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

Prof. Dra. Maria do Desterro da Costa e Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Mara Cristina Ribeiro

Pró-Reitoria de Extensão

Profa. Dra. Maria Rosa da Silva

Pró-Reitoria Estudantil

Profa. Dr. Eden Erick Hilário Tenório de Lima

Centro de Ciências Integradoras

Profa. Esp. Francine Souza Loureiro de Mendonça Caetano

Centro de Ciências da Saúde

Profa. Dra. Sandra Adriana Zimpel

Centro de Tecnologia

Prof. Esp. Gustavo Henrique de Figueiredo Vasconcelos

Centro de Educação a Distância

Prof. Dr. Vagner Herculano de Souza

Escola Técnica de Saúde Professora Dra.Valéria Hora

Janaína Andrade Duarte

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Representantes docentes:

Adriana Di Martella Orsi (titular)

Suplente: Giulliano Aires Anderlini (suplente)

Representantes discentes:

Bruno Rapaci (titular)

Kelly Francielly Vilela dos Santos (suplente)

Representantes técnico-administrativos:

Keila Adiene Guimarães gomes (titular)

Ruth Barros Silva Caldas (suplente)

Representantes da comunidade externa:

Ahyas Sydcley Santos Alves (titular)

Ranusia França (suplente)

Coordenação:

Lauralice Raposo Marques (Presidente)

Comunicação:

João Paulo de Oliveira

SUMÁRIO

Introdução	
História e evolução da Uncisal a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	
Processos de Avaliação Institucional	
Projeto de Autoavaliação Institucional	
Análise de Resultados da Autoavaliação	
Parecer e Recomendações CPA	
Anexos	
Referências	

INTRODUÇÃO

Este relatório consolida os resultados da autoavaliação institucional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) referente ao ciclo de 2024. O processo foi conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em estrita observância às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e aos parâmetros da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014.

Para a Uncisal, a avaliação institucional transcende a formalidade burocrática; ela é compreendida como um instrumento estratégico de gestão. O objetivo central é converter dados em inteligência institucional, fundamentando decisões que aprimorem a excelência acadêmica e administrativa. Ao promover a reflexão crítica, a autoavaliação permite que a universidade identifique suas potencialidades e fragilidades, transformando a realidade interna para cumprir sua missão de formação com eficiência.

Desde sua implementação, a CPA tem atuado no fortalecimento de uma cultura avaliativa perene, incentivando o engajamento de docentes, discentes e técnicos-administrativos. Este documento detalha os dados gerais da instituição, resgata sua evolução histórica sob a ótica do planejamento e apresenta os resultados que nortearão as próximas ações de melhoria da Uncisal.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA UNCISAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) foi instituída pela Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005, resultando da transformação da Escola de Ciências Médicas de Alagoas (Ecmal). Esta, por sua vez, foi criada pelo Decreto-Lei nº 66.320, de 15 de março de 1970, disponibilizando à sociedade o curso de bacharelado em Medicina, posteriormente reconhecido pelo Decreto-Lei nº 73.754, em 6 de março de 1974. O Quadro 1 apresenta os principais dados de identificação da Instituição.

Quadro 1 – Dados de identificação da UNCISAL

Instituição	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Código no e-Mec	32
CNPJ	12.517.793/0001-08
Categoria	Pública
Fundação	LEI Nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005
Endereço	Rua Doutor Jorge de Lima, 113 - Trapiche da Barra CEP 57010-382 Maceió/AL
Telefone	(82) 9.8833-5791
Site	https://www.uncisal.edu.br/

Fonte: Elaborado pelos autores com base em e-Mec e PDI Uncisal 2025-2029

A entidade mantenedora da Ecmal, inicialmente, era a Fundação Alagoana de Serviços Sociais (FASA), até que, em 1972, a Secretaria de Estado da Saúde instituiu a Fundação de Saúde e Serviço Social (FUSAL). Em 1975, a Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF) foi estabelecida pela Lei nº 3.508, tornando-se a nova mantenedora da Ecmal. Até setembro de 1995, a Ecmal ofertava exclusivamente o curso de Medicina, quando foram homologados os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, conforme a Portaria nº 820/95 da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, posteriormente reconhecidos pelas Portarias nº 116/2002, nº 21/2003 e nº

20/2003, respectivamente. Essa ampliação teve como objetivo fortalecer a atuação da Ecmal no estado de Alagoas.

Outro marco significativo na trajetória da universidade foi a inclusão do ensino profissionalizante de nível médio em saúde dentro de sua estrutura administrativa.

Por meio da Lei Estadual nº 6.052/1998, as unidades públicas estaduais de ensino profissionalizante - Escola de Auxiliar de Enfermagem de Alagoas, Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde e CDRH (Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde) passaram a ser vinculadas à Fundação Governador Lamemha Filho.

A transformação da FUNGLAF em Uncisal ocorreu com a Lei Estadual nº 6.145/2000, que estabeleceu a reforma e reorganização do poder executivo do estado de Alagoas. A Resolução CEE/AL nº 073/2004 e a Portaria SEE/AL nº 001/2005 credenciaram a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (ETSAL) e autorizaram o funcionamento de seus cursos. Posteriormente, a Lei Estadual nº 6.660/2005 oficializou a transformação da Fundação em Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, conferindo-lhe autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, todas as instituições de ensino superior no Brasil passaram a ser submetidas a novos processos de avaliação, regulação e supervisão. Nesse contexto, a então Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamemha Filho foi submetida à primeira avaliação externa e recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação de Alagoas para ser instituída como universidade, a partir de 28 de dezembro de 2005.

A Uncisal expandiu sua oferta de cursos superiores em 2006, implementando, no período noturno, os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Processos Gerenciais em Negócios de

Alimentação, Sistemas Biomédicos e Radiologia, conforme as Resoluções Consu nº 009/2006, 007/2006, 009/2006 e 006/2006, respectivamente. Posteriormente, esses cursos foram reconhecidos pelas Portarias SEE/AL nº 743/2010, 232/2009, 788/2010 e 742/2010.

O curso de Bacharelado em Enfermagem foi instituído em 2007 pela Resolução Consu nº 005/2007 e reconhecido pela Portaria SEE/AL nº 077/2012. Até 2016, a Uncisal contava com cinco cursos de Bacharelado e quatro Tecnológicos.

Entretanto, os cursos de Processos Gerenciais, Sistemas Biomédicos e Análise e Desenvolvimento de Sistemas estão em processo de desativação. Em 2016, foram criados novos cursos Tecnológicos Superiores em Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Segurança no Trabalho e Tecnologia em Sistemas para Internet, conforme Resoluções Consu nº 20/2016, 21/2016 e 19/2016. A universidade também ampliou sua oferta na modalidade de Ensino a Distância (EAD), sendo credenciada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Portaria nº 1.047/2016, para ofertar o curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.

No âmbito da formação profissional técnica, em 2022, foram concluídas turmas de Técnicos em Vigilância em Saúde e Técnicos de Órteses e Próteses. No ano de 2024, iniciaram-se cursos de atualização em Saúde Materno-Infantil, abrangendo profissionais já inseridos no SUS, bem como cursos voltados para Primeiros Socorros, Acolhimento em Saúde, Biossegurança em Ambiente Hospitalar, Saúde Mental e Farmácia Hospitalar.

A pós-graduação stricto sensu também foi fortalecida. O primeiro Mestrado Profissional foi implementado em 2017, recebendo conceito 4 na avaliação quadrienal da CAPES. Em 2020, a Uncisal aderiu ao Programa Associado de Pós- Graduação em Fonoaudiologia. A universidade também foi aprovada como Instituição Nucleadora do Programa de Pós-Graduação em

Saúde da Família.

Em 2023, foram aprovadas duas propostas submetidas à CAPES: a criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, em associação com a UFAL, para a oferta de curso de Mestrado, e a implementação do curso de Doutorado em Fonoaudiologia, submetida pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia.

Os quatro programas possuem caráter multiprofissional, abrangendo todos os profissionais da saúde e áreas afins.

A Uncisal desempenha um papel fundamental na prestação de serviços de saúde no Estado de Alagoas. A universidade administra três unidades hospitalares especializadas: (1) o Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR), único hospital psiquiátrico público do estado; (2) o Hospital Escola Dr. Hélvio Auto (HEHA), referência pública para o tratamento de doenças infectocontagiosas em Alagoas; e (3) a Maternidade Escola Santa Mônica (MESM), centro estadual de referência em assistência de média e alta complexidade para gestantes e neonatos de alto risco.

A Uncisal disponibiliza leitos destinados à rede materno-infantil, ao tratamento de doenças infecciosas e parasitárias, além de atendimento psicossocial à população alagoana. Além das unidades assistenciais, a Uncisal conta com diversas unidades de apoio, incluindo o Centro de Patologia e Medicina Laboratorial (CPML), o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), o Centro Especializado de Reabilitação (CER III), o Ambulatório de Especialidades (AMBESP), o Centro de Fisioterapia e Reabilitação Esportiva (CEFIRE) e, mais recentemente, o Centro de Diagnóstico e Imagem (CEDIM).

Por meio dessas unidades, a Uncisal realiza mais de 100 mil procedimentos mensais para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em Alagoas, abrangendo exames, consultas e internações especializadas.

Em 2024, UNCISAL alcançou um marco histórico em sua trajetória ao obter a

nota máxima no processo de credenciamento institucional. Em uma escala de 0 a 5, a Uncisal foi avaliada com conceito 5 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Esse resultado reafirma a excelência da universidade, posicionando-a entre as melhores instituições de ensino superior do Brasil.

A evolução qualitativa da Uncisal é evidente. A universidade progrediu do conceito 3 para o conceito 5, um avanço expressivo e incomum em avaliações institucionais. Nos últimos anos, desde sua fundação em 1968, a Uncisal tem passado por um processo de significativa transformação.

No campo da pesquisa e pós-graduação, a Uncisal expandiu consideravelmente sua atuação. Em 2017, a instituição possuía apenas um programa de mestrado; atualmente, conta com quatro programas de mestrado e dois de doutorado, fortalecendo sua contribuição para o desenvolvimento científico e acadêmico, conforme apresenta a figura 1, que ilustra um breve resumo da história da Uncisal.

Com esses avanços e a obtenção da nota máxima no credenciamento, a Uncisal se tornou a única universidade pública de Alagoas a alcançar esse patamar. Esse reconhecimento reflete o empenho coletivo na construção de uma instituição de ensino superior de referência, plenamente capacitada para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e da ciência no século XXI.

A Figura 1 ilustra a evolução histórica da Instituição desde 1970, com a criação do Curso de Medicina da Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL), passando pela criação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e evidencia sua constante evolução e relevância no cenário educacional alagoano. Ao longo das décadas, a instituição ampliou significativamente sua atuação acadêmica, diversificando sua oferta de cursos e consolidando-se como uma referência no ensino superior do estado de Alagoas.

A expansão acadêmica incluiu a incorporação de novos cursos de graduação nas modalidades de bacharelado, tecnológico e licenciatura, além da oferta de cursos técnicos e programas de pós-graduação. Esse crescimento foi acompanhado por investimentos em infraestrutura, pesquisa e extensão, fortalecendo a missão institucional de promover a educação de qualidade e o desenvolvimento regional.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os processos de Avaliação Pedagógica e Institucional no Ensino Superior são orientados pelo CONAES, que define diretrizes para a avaliação das instituições, de seus cursos e do desempenho dos estudantes. Essas atividades devem abranger uma análise ampla e integrada dos eixos e dimensões estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 10.861, que institui o Sinaes, conforme apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Eixos e Dimensões do SINAES

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 5 - Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

Como Instituição Estadual de Ensino Superior, a Uncisal passa por avaliações externas coordenadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), responsável por supervisionar os processos avaliativos do Ensino Superior no Sistema Estadual de Ensino de Alagoas. Esse órgão analisa solicitações de credenciamento e credenciamento institucional, além da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, tecnológicos e sequenciais.

Para as avaliações in loco, a Secretaria de Educação, por meio do setor competente, designa comissões formadas por avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando o perfil específico dos cursos avaliados.

Nos últimos anos, a Uncisal tem avançado continuamente na busca pela melhoria dos índices avaliativos, obtendo resultados positivos. O Quadro 3 apresenta um panorama detalhado da situação dos cursos da UNCISAL quanto ao seu reconhecimento e renovação, destacando aspectos como os conceitos obtidos nas avaliações institucionais e externas e os atos autorizativos. A análise desses dados possibilita a identificação de pontos fortes e desafios, orientando a gestão acadêmica na formulação de estratégias para a qualificação do ensino.

Quadro 3 - Reconhecimento/renovação de reconhecimento de cursos da UNCISAL

CURSO	CONCEITO	ATO AUTORIZATIVO
Alimentos**	4	RESOLUÇÃO N. 003/2021- CEE/AL
Educação Física	-	Oferta Iniciada em 2023.1 - Iniciando processo de Reconhecimento de Curso.
Enfermagem	5	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000009560/2022).
Física	3	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000006063/2021).
Fisioterapia**	4	PORTARIA SEDUC N. 736/2018
Fonoaudiologia	5	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000009316/2022).
Gestão Hospitalar**	4	RESOLUÇÃO N. 24/2021 - CEE/AL
Matemática	3	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000006067/2021).
Medicina	5	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000009509/2022).
Radiologia	4	Aguardando publicação (Processo

		E:41010.0000006398/2020).
Segurança no Trabalho**	4	RESOLUÇÃO N. 002/2021-CEE/AL
Sistemas para Internet**	4	RESOLUÇÃO N. 60/2019 -CEE/AL
Terapia Ocupacional	5	Aguardando publicação (Processo E:41010.0000008475/2022)

*Oferta iniciada em 2023.1

**Aguardando designação da Comissão de Avaliação para 2025

O Quadro 4 apresenta as notas por dimensão referentes ao último Ato Regulatório de credenciamento EAD, realizado em 2023. O credenciamento institucional é um processo essencial para garantir que a UNCISAL continue sendo reconhecida como uma instituição de ensino superior de qualidade. Esse procedimento avalia aspectos como infraestrutura, corpo docente, gestão acadêmica e os impactos da instituição na formação de profissionais e na sociedade. No contexto do ensino a distância (EAD), o credenciamento também verifica se a estrutura tecnológica e pedagógica atende aos critérios exigidos para a oferta de cursos de excelência.

Quadro 4 – Notas por Dimensões Recredenciamento EAD

EIXOS AVALIADOS	CONCEITO
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	3,60
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	4,67
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	3,92
Eixo 4 - Política de Gestão	4,75
Eixo 5 – Infraestrutura	4,33

Fonte: PROEG UNCISAL

O Quadro 5 apresenta as notas obtidas pelos cursos UNCISAL no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) ao longo dos últimos anos, além de dois outros indicadores fundamentais para a avaliação da qualidade dos cursos de ensino superior: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

A análise dos dados apresentados no Quadro 5 permite identificar tendências de desempenho e qualidade dos cursos da UNCISAL, auxiliando na formulação de estratégias para aprimoramento contínuo do ensino e fortalecimento da formação profissional oferecida pela instituição.

Quadro 5 – Indicadores dos cursos

CÓDIGO/CURSO	ENADE	CPC	IDD*	ANO
Alimentos	-	-	-	-
Educação Física	-	-	-	-
Enfermagem	4	4	4	2019
	4	3	3	2016
	4	-	-	2013
Física	2	2	1	2021
Fisioterapia	5	4	4	2019
	3	3	3	2016
	4	4	-	2013
	4	3	-	2010
	4	3	3	2007
Fonoaudiologia	3	3	3	2019
	3	3	3	2016
	3	3	-	2013
	5	4	-	2010
	2	2	-	2007
Gestão Hospitalar	4	3	3	2019
	-	-	-	2014
Matemática	2	3	3	2021
Medicina	3	4	4	2019
	2	3	2	2016
	2	2	-	2013
	4	3	-	2010
	1	2	3	2007

Radiologia	2	2	2	2019
	2	2	3	2016
	3	-	-	2013
	3	3	-	2010
Segurança no Trabalho	5	4	5	2019
Sistemas para Internet	-	-	-	-
Terapia Ocupacional	3	3	-	2010
	1	2	-	2007

Fonte: PROEG UNCISAL

Etapas, métodos e instrumentos de coleta e análise dos dados da autoavaliação

Etapas da autoavaliação

A autoavaliação institucional é um processo essencial para o aprimoramento contínuo da qualidade educacional e da gestão acadêmica. Por meio desse processo, a instituição pode refletir sobre suas práticas, identificar desafios e potencialidades, além de estabelecer estratégias de desenvolvimento. A avaliação envolve a participação de toda a comunidade acadêmica, promovendo uma cultura de melhoria contínua e transparência. O processo de autoavaliação institucional é cíclico e contínuo e passa por etapas, desde o planejamento até a divulgação dos resultados, com o objetivo de fortalecer a excelência institucional e acadêmica.

Planejamento e Sensibilização

O processo de autoavaliação institucional inicia-se com o planejamento estratégico, no qual são definidos os objetivos, a metodologia e o cronograma das atividades. Nessa fase, é fundamental a mobilização da comunidade acadêmica, incluindo gestores, docentes, discentes e técnico-administrativos,

garantindo a ampla participação e comprometimento com o processo avaliativo. A sensibilização ocorre por meio de campanhas informativas, reuniões e palestras que destacam a importância da autoavaliação para o aprimoramento da instituição.

Avaliação Institucional

Nesta etapa, aplica-se a metodologia definida, com a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre diferentes dimensões institucionais. O objetivo é obter um diagnóstico preciso do desempenho institucional, considerando os indicadores estabelecidos para ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura.

Identificação das Fragilidades e Potencialidades

Com base nos dados coletados, realiza-se a análise crítica dos resultados, identificando-se as principais fragilidades e potencialidades da instituição. Essa análise permite compreender os desafios enfrentados e as áreas que necessitam de melhorias, bem como destacar as boas práticas e os pontos fortes que podem ser potencializados para o crescimento institucional.

Direcionamento e Planejamento de Ações

A partir da identificação das fragilidades e potencialidades, elabora-se um plano de ação com estratégias de melhoria e desenvolvimento institucional. Esse plano deve contemplar prazos, responsabilidades e recursos necessários para a implementação das ações corretivas e inovadoras, garantindo que os resultados da autoavaliação sejam efetivamente utilizados para promover o avanço da instituição.

Divulgação dos Resultados

A transparência é essencial para fortalecer a credibilidade do processo avaliativo. Assim, os resultados são divulgados para toda a comunidade acadêmica por meio de relatórios, seminários e plataformas institucionais. Essa

etapa visa não apenas prestar contas, mas também incentivar a participação ativa da comunidade na construção de melhorias, promovendo uma cultura institucional de avaliação contínua e aprimoramento.

Métodos e instrumento da autoavaliação

A CPA, em 2024, conduziu sua autoavaliação institucional com cinco questionários distintos, cada um direcionado a um segmento específico da comunidade acadêmica: docentes (presencial e EAD), discentes (presencial e EAD) e técnicos administrativos.

Apesar das adaptações para cada público, os questionários compartilham uma estrutura comum, facilitando a análise comparativa dos resultados. Os principais eixos temáticos abordados são:

Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional: Aborda o conhecimento e a participação da comunidade nos processos de avaliação da UNCISAL, bem como a divulgação e o impacto dos resultados.

Eixo II - Desenvolvimento Institucional: Investiga o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a missão, os objetivos estratégicos e as relações interpessoais na universidade.

Eixo III - Políticas Acadêmicas: Avalia o conhecimento sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a articulação entre as unidades curriculares, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, e o uso de novas tecnologias.

Eixo V - Infraestrutura: Examina a avaliação da comunidade sobre a infraestrutura física da UNCISAL, incluindo salas de aula, bibliotecas, espaços de convivência, laboratórios e banheiros, com foco em conforto, limpeza, acessibilidade e segurança.

A CPA implementou questionários para docentes, discentes e técnicos,

com versões adaptadas para ensino presencial e EAD. O objetivo foi coletar percepções sobre planejamento, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas e infraestrutura. Os questionários abrangem diversos aspectos da instituição, são adaptados para cada segmento (docentes, discentes e técnicos), alinhados aos eixos da avaliação institucional, e seguem as normas da LGPD, garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Esta avaliação, utilizou uma matriz de análise de dados alinhada aos padrões do SINAES, organizando as informações coletadas em torno dos Eixos e Dimensões do sistema. Os questionários, aplicados a docentes, discentes e técnicos, abordaram eixos como Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas e Infraestrutura Física, com as Dimensões do SINAES detalhando ainda mais a análise, como a Dimensão 8, que aprofundou a avaliação da gestão e melhoria contínua.

Foram combinadas análises quantitativas e qualitativas para a autoavaliação institucional, visando um entendimento detalhado da realidade. A análise quantitativa, baseada em questionários com questões fechadas, identificou tendências e padrões estatísticos nas respostas da comunidade acadêmica.

Para a análise qualitativa, foram utilizadas questões abertas e a Análise de Discurso de Bardin, que permitiu interpretar significados nas comunicações, identificar perspectivas, motivações e nuances nas falas dos participantes. Essa metodologia robusta, alinhada aos Eixos e Dimensões do SINAES, proporcionou à UNCISAL um panorama completo e confiável para planejar melhorias na qualidade da educação superior.

A CPA utilizou neste processo instrumentos de avaliação institucional bem estruturados e abrangentes, que demonstram compromisso com a qualidade e a melhoria contínua da instituição. No entanto, há espaço para aprimoramentos nos próximos ciclos avaliativos:

Aprofundamento de temas: Algumas áreas, como políticas acadêmicas, poderiam ser exploradas com perguntas mais específicas sobre pesquisa, inovação, internacionalização e inclusão.

Variedade de formatos: A inclusão de perguntas abertas, além das de múltipla escolha, permitiria obter opiniões mais detalhadas e insights mais ricos.

Feedback sobre ações: Solicitar feedback específico sobre a eficácia das ações de melhoria e sugestões para aprimorá-las seria útil.

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Uncisal, conforme previsto no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é responsável por coordenar e sistematizar os processos internos de avaliação da instituição, além de prestar informações ao INEP e ao CEE. Atuando com autonomia em relação aos demais órgãos colegiados, a CPA possui regulamentação própria aprovada pelo Conselho Universitário (Consu), que define sua composição, mandato dos membros, funcionamento e atribuições. Sua formação inclui representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil organizada, conforme diretrizes do INEP.

A partir de 2023, a equipe foi ampliada com a inclusão de um jornalista dedicado à CPA, reforçando a comunicação e a proximidade com a comunidade acadêmica e externa. Seguindo os padrões das avaliações externas coordenadas pelo INEP/CEE, a autoavaliação institucional abrange uma análise global e integrada dos eixos e dimensões previstas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O planejamento da CPA inclui diversas iniciativas, como reuniões de planejamento, sensibilização da comunidade, rodas de conversa, revisão de instrumentos avaliativos, análise de dados e planejamento da divulgação dos resultados. Para coletar informações, a CPA consulta relatórios de avaliações externas, documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de bancos de dados administrativos. Também são aplicados questionários, realizadas entrevistas e promovidos grupos focais com diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

A sensibilização para a importância da autoavaliação tem sido intensificada com campanhas em eventos acadêmicos, no site da universidade, redes sociais, e-mails corporativos, WhatsApp e visitas presenciais às salas de aula. A CPA também ampliou os espaços de

apresentação de resultados, que antes ocorriam apenas no Consu e agora incluem reuniões de gestão, fóruns docentes e encontros segmentados. Os relatórios são publicados na plataforma e-MEC e no site oficial da CPA.

Desde 2020, a CPA tem fortalecido a divulgação de seus resultados por meio de eventos e redes sociais, buscando uma comunicação mais eficaz e acessível. O objetivo é garantir transparência e permitir que os dados coletados subsidiem a gestão acadêmico-administrativa da Uncisal. Os relatórios da CPA fornecem uma visão detalhada sobre a situação da instituição, incluindo condições de ensino, gestão acadêmica e infraestrutura. Esses resultados são utilizados no planejamento estratégico e na formulação de ações de melhoria.

O projeto de autoavaliação é ajustado anualmente para atender às necessidades institucionais, garantindo que seja um instrumento de gestão eficaz. A construção dos métodos de coleta e análise de dados é realizada pela CPA, considerando experiências passadas e buscando aprimoramento contínuo. Representantes de diferentes setores acadêmicos e administrativos têm sido convidados a contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos avaliativos. Desde 2021, coordenadores de curso, diretórios acadêmicos e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas têm participado ativamente do processo.

Outro avanço recente é a ampliação da coleta de dados, incluindo consultas ao PDI, relatórios de avaliação externa e documentos institucionais. A CPA também desempenha um papel ativo na discussão dos resultados das avaliações e na construção do PDI 2025-2029. Questionários aplicados aos segmentos discente, docente e técnico-administrativo são disponibilizados a cada triênio, utilizando ferramentas digitais seguras para garantir sigilo. Além disso, entrevistas, rodas de conversa e grupos focais complementam a análise dos dados.

A CPA conta com o apoio da Supervisão Executiva de Tecnologia da Informação (SUTIN) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Uncisal

para a organização, tabulação e análise dos dados. Os relatórios resultantes são inseridos na plataforma e-MEC e compartilhados com diferentes áreas institucionais, destacando pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria.

Para garantir maior engajamento, a CPA realiza oficinas e apresentações dos resultados em diversos espaços acadêmicos, incluindo a sede da universidade, unidades assistenciais e eventos acadêmicos. Planeja-se, ainda, a participação no Simpósio da Avaliação da Educação Superior (Avalies) 2024 e no Congresso Acadêmico e Científico da Uncisal (CACUN) 2024, fortalecendo a discussão sobre processos avaliativos.

O compromisso da CPA é promover o autoconhecimento institucional por meio de práticas avaliativas que considerem as dimensões técnicas, sociais, políticas e pedagógicas, assegurando que as transformações não se limitem a iniciativas individuais, mas resultem em avanços coletivos e estruturais para a Uncisal.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Para a análise dos dados coletados, foi adotada uma abordagem mista, tanto quantitativa quanto qualitativa, aplicando-a aos cinco segmentos participantes: docentes presenciais, docentes EAD, discentes presenciais, discentes EAD, técnicos-administrativos e comunidade externa.

A análise qualitativa foi fundamentada nos princípios da Análise de Conteúdo de Bardin, que permite organizar e interpretar as manifestações dos participantes de maneira sistemática e objetiva. A partir dessa abordagem, categorizamos as informações em unidades de significado e identificamos padrões e temáticas recorrentes, proporcionando uma visão aprofundada dos dados.

Para cada eixo analisado, apresentamos uma conclusão específica, destacando os gráficos que ilustram as amostras mais significativas e relevantes para o estudo. Essa metodologia permite não apenas uma compreensão mais rica das percepções e experiências dos participantes, mas também garante a transparência e a robustez dos resultados apresentados.

Inicialmente foi realizada a análise por segmentos pesquisados e em seguida a análise por eixo de avaliação. Neste instrumento foram priorizados 4 eixos:

1. Planejamento e Avaliação Institucional;
2. Desenvolvimento Institucional;
3. Políticas Acadêmicas; e
4. Infraestrutura.

Na segunda etapa, o foco da nossa escuta foram as Políticas de Gestão da Uncisal, estruturadas em três pilares fundamentais:

1. Políticas de Pessoal: Avaliamos como a instituição gere e valoriza nossos docentes e técnicos administrativos.
2. Organização e Gestão: Analisamos a estrutura administrativa e o nível de participação da comunidade nas decisões institucionais.

3. Sustentabilidade Financeira: Focamos na transparência e na saúde financeira da nossa universidade.

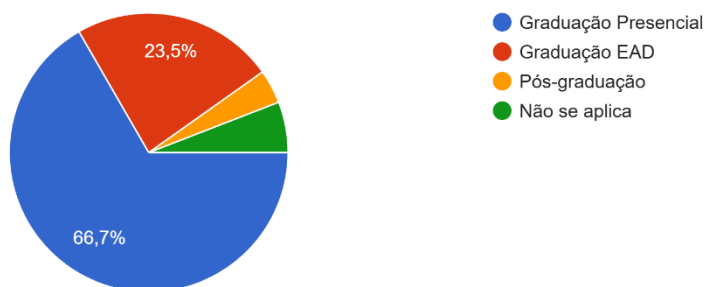
Este relatório apresenta uma análise detalhada dos resultados da pesquisa de autoavaliação institucional de 2026 da UNCISAL, realizada pela CPA com base nas diretrizes do Sinaes. O universo da pesquisa contou com 51 respondentes, sendo a maioria alunos de Graduação Presencial (66,7%) e EAD (23,5%).

Esta análise detalha cada gráfico presente no relatório da CPA 2026, agrupados por blocos temáticos. Todos os dados referem-se a um universo de 51 respondentes:

1. Perfil dos Respondentes

1.1 Segmento Discente: A maioria é da Graduação Presencial (66,7%), seguida pela Graduação EAD (23,5%). Pós-graduação representa uma fatia menor.

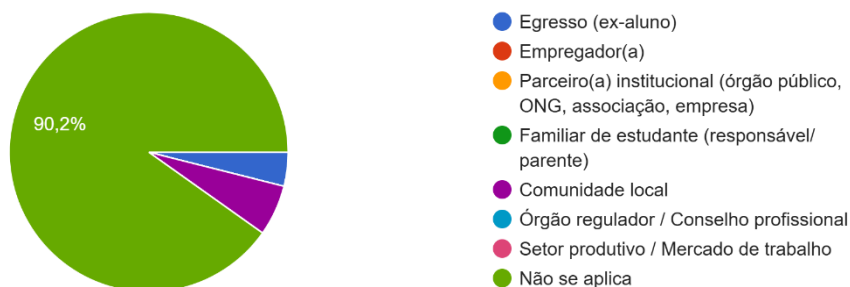
Sou aluno(a):
51 respostas



1.2 Comunidade Externa: 90,2% dos que responderam nesta categoria marcaram "Não se aplica", indicando que a pesquisa teve baixíssima adesão do público externo (egressos, parceiros, empregadores).

Sou comunidade externa:

51 respostas

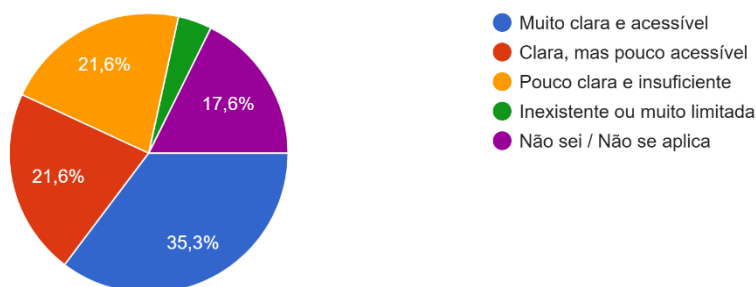


2. Bloco: Políticas de Pessoal

2.1 Valorização de Carreiras: Percepção dividida. Enquanto 35,3% acham "muito clara e acessível", 21,6% consideram "pouco clara e insuficiente" e outros 21,6% veem como "clara, mas pouco acessível".

Em sua percepção, como avalia a valorização das carreiras dos servidores (docentes e técnicos)?

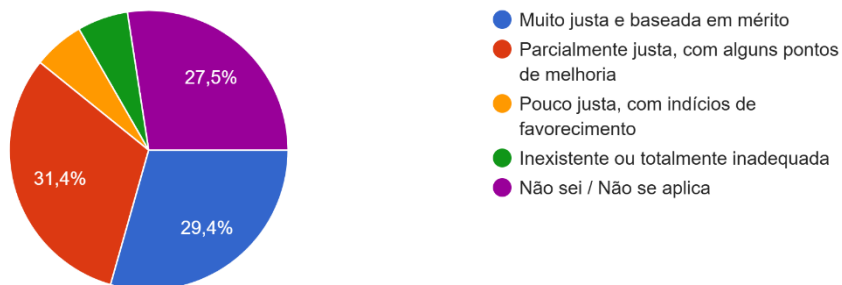
51 respostas



2.2 Ingresso de Servidores: Predomina a visão de que é "parcialmente justa" (31,4%), seguida de perto por "muito justa e baseada em mérito" (29,4%).

Como você avalia a seleção para ingresso de servidores na instituição (docentes e técnicos)?

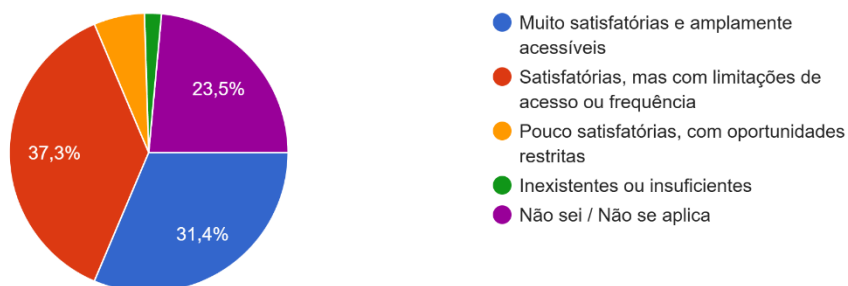
51 respostas



2.3 Formação Continuada: 37,3% consideram satisfatória, mas com limitações de acesso. O índice de insatisfação ("pouco satisfatória") é de 31,4%.

Como você percebe a formação continuada e capacitações institucionais para os servidores (docentes e técnicos)?

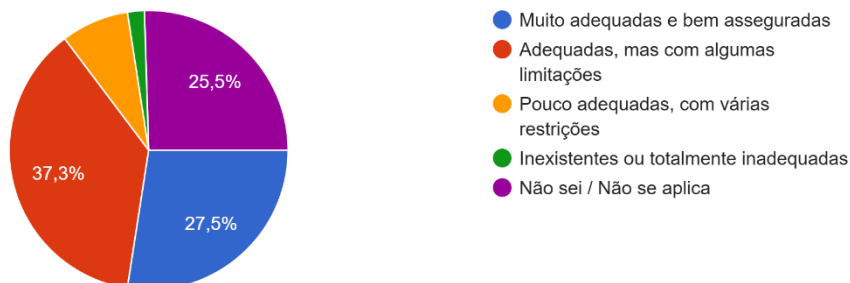
51 respostas



2.4 Condições de Trabalho: A maior parcela (37,3%) avalia como "adequadas, mas com limitações", sinalizando que a infraestrutura e carga horária precisam de ajustes.

Em sua percepção, como avalia a asseguridade de condições adequadas (carga de trabalho, infraestrutura, recursos etc.) para docentes e técnicos desempenharem suas funções?

51 respostas



2.5 Valorização por Desempenho: Há um empate técnico de 29,4% entre quem considera as políticas "adequadas com espaço para melhoria" e quem as vê como "pouco adequadas".

Qual a sua percepção sobre as políticas institucionais de valorização do servidor atreladas ao desempenho de suas atividades e resultados do seu trabalho na instituição?

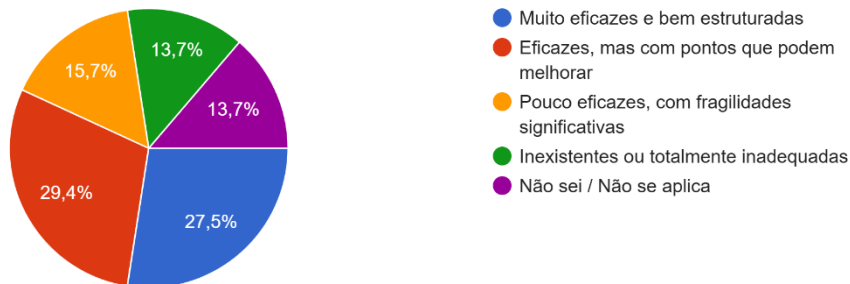
51 respostas



2.6 Combate ao Assédio: 29,4% consideram as ações eficazes com pontos de melhoria, enquanto 27,5% as veem como muito eficazes. No entanto, 15,7% acham pouco eficazes.

Como você avalia as ações de prevenção e tratamento do assédio, discriminação, conflitos de interesse e condutas antiéticas pela instituição?

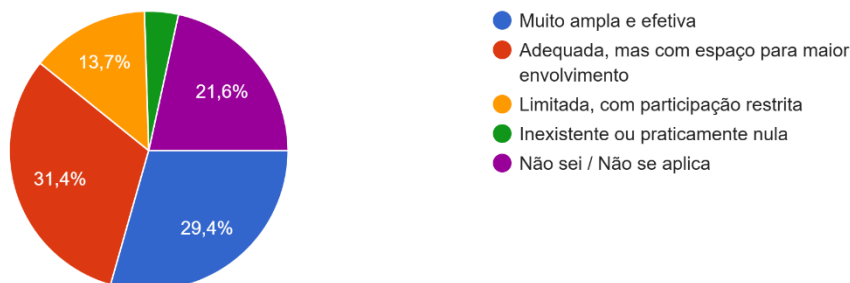
51 respostas



2.7 Participação nas Decisões: A maioria (31,4%) vê a participação como adequada, mas com necessidade de maior envolvimento. 29,4% a consideram "muito ampla e efetiva".

Como você avalia a participação dos docentes e técnicos nas decisões relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão na instituição?

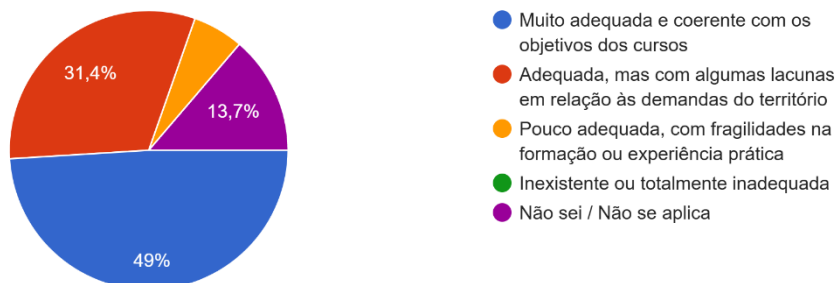
51 respostas



2.8 Qualificação Docente: É o gráfico com maior índice de aprovação, onde 49% consideram a formação dos professores "muito adequada e coerente" com os objetivos.

Em sua percepção, como avalia a qualificação do corpo docente (formação, experiência prática) com os objetivos dos cursos e demandas do território?

51 respostas



2.9 Rotatividade das Equipes: 37,3% consideram a rotatividade baixa e estável, mas uma parcela igual (37,3%) vê como "relativamente estável, com algumas mudanças frequentes".

Como a rotatividade das equipes (docentes e técnicos) nos setores impacta a qualidade das relações interpessoais?

51 respostas



2.10 Acompanhamento de Egressos: A maioria (37,3%) acredita que as políticas são muito adequadas para fortalecer o vínculo com ex-alunos.

Na sua percepção, as políticas de acompanhamento dos egressos contribuem para fortalecer o vínculo entre os ex-alunos e a instituição?

51 respostas



O feedback qualitativo revela uma comunidade acadêmica engajada, mas que enfrenta obstáculos práticos no cotidiano universitário. Os comentários podem ser agrupados em quatro categorias principais:

a. Barreiras à Produção Científica e Acadêmica (Ponto Crítico)

Iniciação Científica (IC): Há uma insatisfação relevante de alunos do 1º período (especificamente Medicina) quanto à proibição de ingresso na IC no ano inicial. O relato destaca que isso prejudica o engajamento acadêmico, a formação de rede (networking) e a competitividade futura em provas de residência.

Projetos de Extensão: Foi solicitada maior flexibilidade nos critérios de ingresso. O aluno pontua que, como a extensão é obrigatória para a graduação (curricularização), as barreiras de entrada geram ansiedade e dificuldade no cumprimento da carga horária.

b. Gestão de Recursos Humanos e Corpo Docente

Déficit de Professores: O relato de carência de professor na área de "Dermato" no curso de Fisioterapia indica um problema pontual de oferta de disciplinas que afeta diretamente a formação técnica e o cronograma do curso.

c. Metodologia de Ensino

Trabalhos Individuais: Uma sugestão pontua o desejo por avaliações mais individuais, o que pode indicar um desgaste com a dinâmica de trabalhos em grupo ou uma percepção de que a avaliação individual reflete melhor o aprendizado.

d. Clima Institucional e Satisfação Geral

Respostas Neutras/Positivas: Uma parcela dos respondentes (cerca de 40% das respostas abertas) declarou "Tudo perfeito", "Não" ou "Sem sugestões", o que sugere um grupo satisfeito com os processos atuais ou que não se sente motivado a propor mudanças no momento (p. 6).

Com base nestes depoimentos, recomenda-se à gestão da Uncisal:

Revisão Normativa: Avaliar junto ao conselho superior a possibilidade de permitir a Iniciação Científica para alunos do 1º ano, ou criar programas de "Introdução à Pesquisa" para suprir essa demanda.

Ação Imediata na Fisioterapia: Verificar a vacância de professores na área de dermatofuncional para evitar prejuízos à turma mencionada.

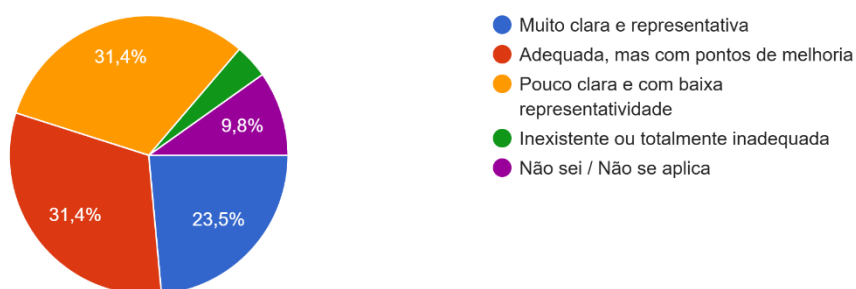
Flexibilização da Extensão: Revisar os editais de extensão para tornar o ingresso menos burocrático, garantindo que o aluno consiga cumprir suas horas obrigatórias sem entraves processuais.

3. Bloco: Organização e Gestão

3.1 Estrutura de Governança: Divisão exata de 31,4% entre quem a vê como "adequada com pontos de melhoria" e quem a considera "pouco clara e com baixa representatividade".

Em sua percepção, como avalia a estrutura de governança (colegiados, comissões, conselhos etc.) e a representatividade dos públicos relevantes da instituição?

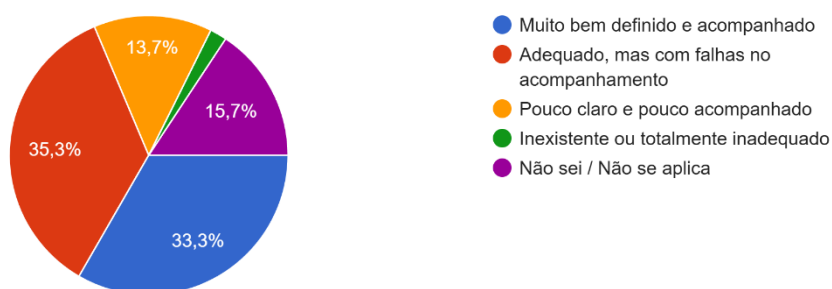
51 respostas



3.2 Definição de Metas (PDI): 35,3% avaliam como adequada, mas com falhas no acompanhamento.

Em sua percepção, como avalia a definição das metas (PDI/planejamento estratégico etc.) e acompanhamento dos indicadores?

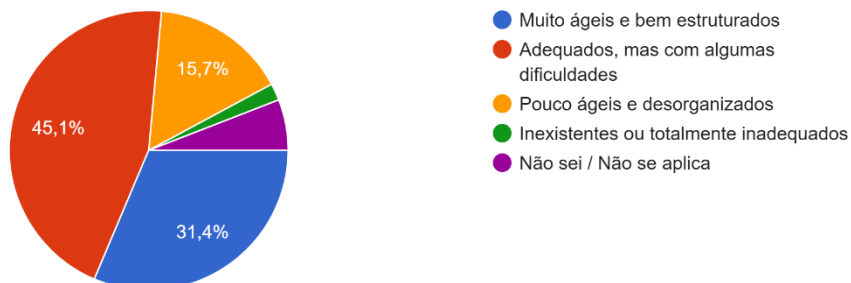
51 respostas



3.3 Processos Administrativos: 45,1% consideram processos como matrícula e TCC "adequados, mas com dificuldades", enquanto 31,4% os consideram "muito ágeis".

Em sua percepção, como avalia os processos acadêmicos e administrativos (matrícula, estágio, TCC, parcerias, compras etc.)?

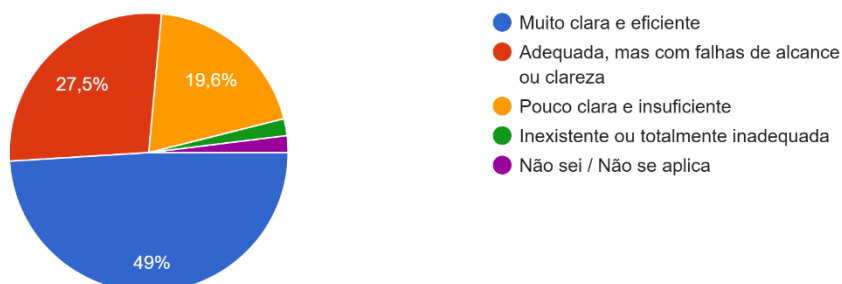
51 respostas



3.4 Comunicação da Gestão: Avaliação muito positiva, com 49% classificando como "muito clara e eficiente".

Em sua percepção, como avalia a comunicação da gestão com estudantes e comunidade externa (site, redes, e-mail, presencial etc.)?

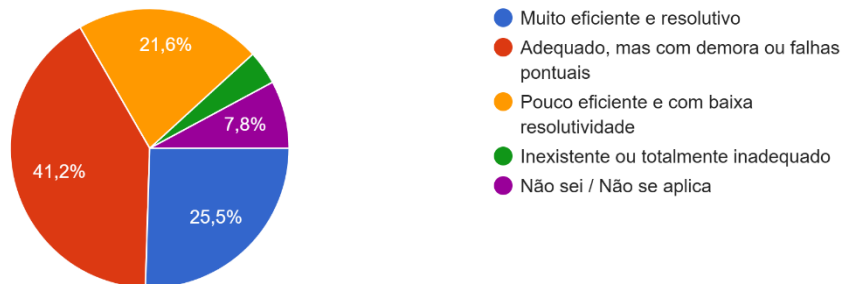
51 respostas



3.5 Ouvidoria: 41,2% consideram o atendimento adequado, mas com demora ou falhas pontuais.

Em sua percepção, como avalia os canais de atendimento e ouvidoria e suas respostas e resoluções de demandas?

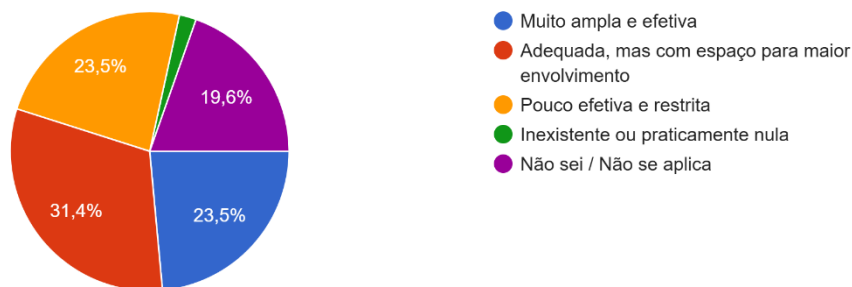
51 respostas



3.6 Escuta e Participação: 31,4% consideram adequada, enquanto 23,5% a veem como "muito ampla e efetiva".

Em sua percepção, como avalia os processos de de escuta e participação institucionais (consultas públicas, fóruns, conselhos, audiências, parcerias etc.)?

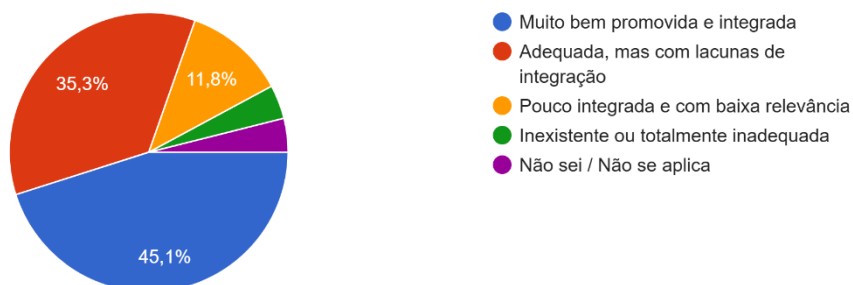
51 respostas



3.7 Integração Ensino-Pesquisa-Extensão: 45,1% avaliam como "muito bem promovida e integrada".

Em sua percepção, como avalia a promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com projetos relevantes ao contexto local/regional?

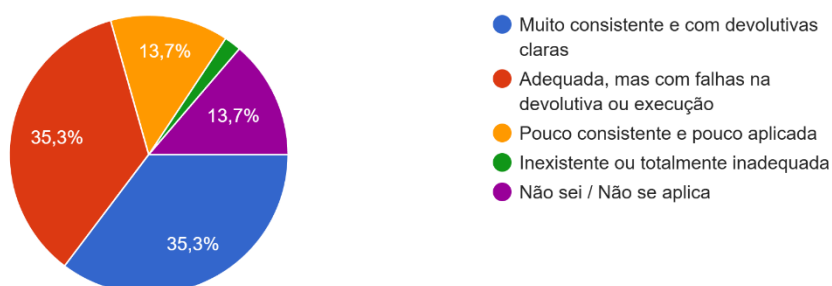
51 respostas



3.8 Autoavaliação e Monitoramento: Empate de 35,3% entre quem considera o processo consistente e quem vê falhas na devolutiva à comunidade.

Em sua percepção, como avalia as rotinas de autoavaliação, monitoramento de indicadores e planos de melhoria com devolutivas à comunidade?

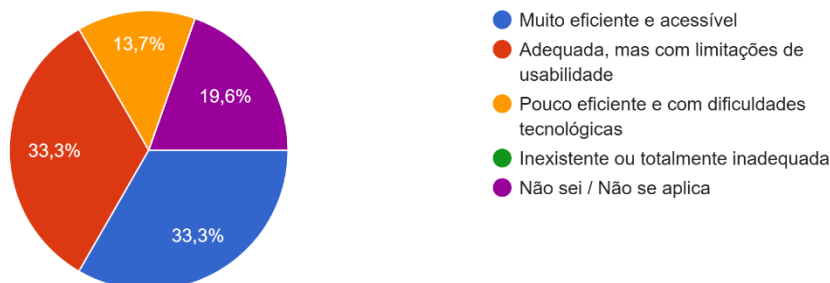
51 respostas



3.9 Sistemas EAD e Presenciais: Empate de 33,3% entre quem considera "muito eficiente" e quem vê como "adequado com limitações de usabilidade".

Em sua percepção, como avalia os sistemas acadêmicos/administrativos EAD e presenciais, sua usabilidade e acessibilidade tecnológica?

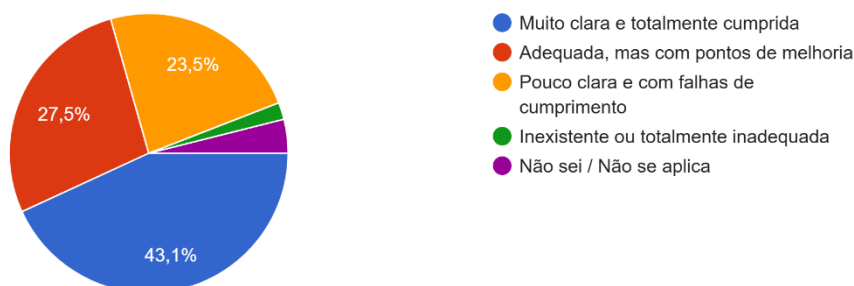
51 respostas



3.10 Divulgação de Informações: 43,1% consideram a divulgação de documentos e resultados "muito clara e totalmente cumprida".

Como você avalia a divulgação de informações essenciais (documentos, regulamentos, resultados de avaliações etc.) da instituição?

51 respostas



As respostas qualitativas deste item revelam uma comunidade que, apesar de grata pela formação recebida, projeta expectativas altas quanto ao crescimento da instituição e à fluidez do diálogo interno.

Expansão da Pós-Graduação (Oportunidade Estratégica)

Mestrado Profissional: Há um pedido explícito pela criação de um Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas ou Gestão Governamental.

Impacto: O respondente associa essa demanda à "gratidão pelo curso

feito", indicando que egressos desejam continuar sua formação na Uncisal, mas encontram uma lacuna na área de gestão pública.

Fluxo de Informação: Foi solicitada uma "maior comunicação com toda a comunidade" (técnicos, docentes e estudantes).

Mesmo com os gráficos anteriores indicando uma comunicação externa eficiente (49%), este comentário sugere que a comunicação interna ou a integração entre os diferentes segmentos (tripartite) ainda possui ruídos ou é sentida como insuficiente por parte do corpo social.

Projetos de Extensão: Reitera-se a necessidade de tornar o ingresso na extensão mais flexível. O fato de este tema aparecer em diferentes seções da pesquisa acende um alerta vermelho para a CPA: existe um gargalo real e repetitivo na burocracia dos projetos de extensão que precisa de intervenção imediata.

Respostas Negativas/Neutras: 50% das respostas (3 de 6) foram "Não" ou "Sem sugestão", o que em uma amostra qualitativa pode indicar que, para este grupo, os temas principais já foram esgotados nas questões fechadas.

Com base neste conjunto de respostas, a CPA deve sugerir à Reitoria:
Estudo de Viabilidade: Encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) a demanda por cursos de mestrado na área de Gestão Pública, visando absorver os egressos da própria casa.

Plano de Comunicação Interna: Desenvolver estratégias de comunicação que não foquem apenas no público externo, mas que garantam que técnicos e docentes se sintam "ouvidos" e informados sobre as decisões de gestão.

Grupo de Trabalho (GT) Extensão: Criar um GT para revisar os critérios de seleção de bolsistas e voluntários em projetos de extensão, visando a desburocratização solicitada.

4. Bloco: Sustentabilidade Financeira

4.1 Transparência Financeira: 25,5% consideram adequada com melhorias, mas 23,5% acham "pouco clara e insuficiente" (p. 10).

Em sua percepção, como avalia a divulgação de informações sobre receitas, despesas e prioridades de investimento pela instituição?

51 respostas



4.2 Alocação de Recursos: 29,4% consideram muito bem direcionada à missão, mas outros 29,4% veem como adequada com falhas de priorização (p. 10).

Em sua percepção, como avalia a alocação e priorização dos recursos financeiros para a qualidade acadêmica, assistência estudantil, pesquisa/extensão e impacto social pela instituição?

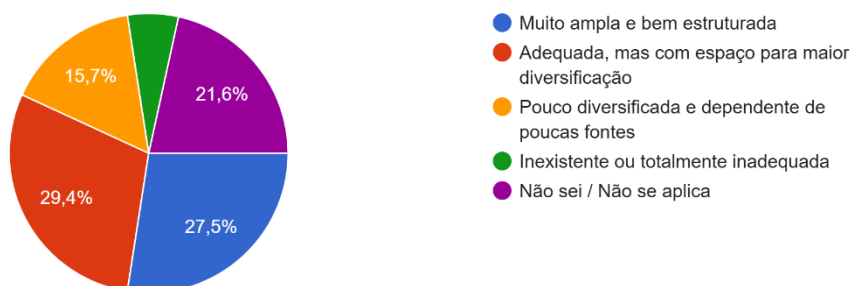
51 respostas



4.3 Diversificação de Receitas: 29,4% avaliam como adequada, mas com espaço para maior diversificação.

Em sua percepção, como avalia a diversificação de receitas (projetos, parcerias, convênios, editais, serviços, doações) pela instituição?

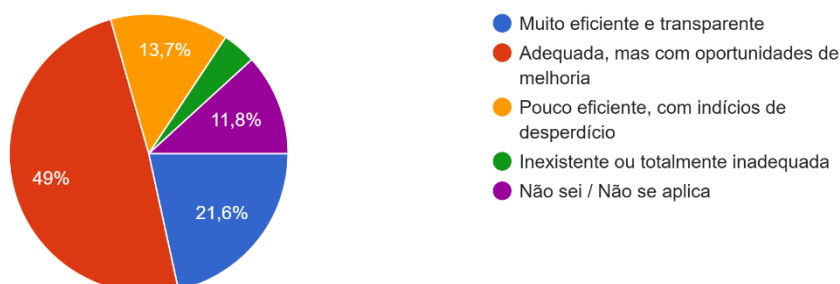
51 respostas



4.4 Eficiência no Uso de Recursos: A maioria (49%) considera o uso "adequado, mas com oportunidades de melhoria".

Em sua percepção, como avalia o uso dos recursos pela instituição?

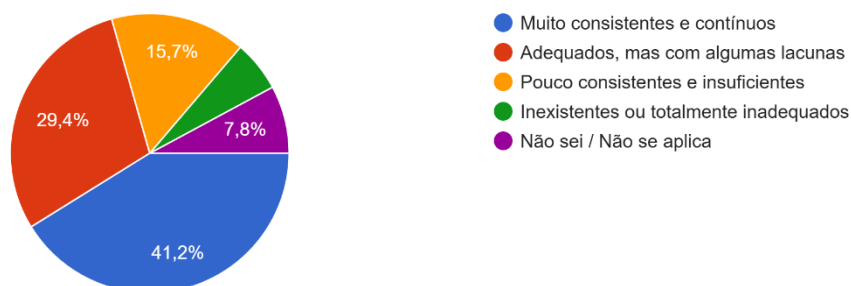
51 respostas



4.5 Manutenção de Laboratórios/TI: Ponto crítico; 41,2% consideram adequado com algumas lacunas, e 29,4% veem como pouco consistente e insuficiente.

Em sua percepção, como avalia a manutenção e modernização contínuas de laboratórios, bibliotecas, TI, espaços de aprendizagem, incluindo acessibilidade pela instituição?

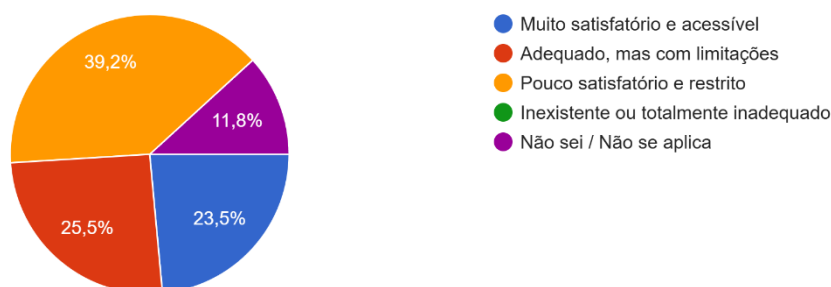
51 respostas



4.6 Políticas de Bolsas: 39,2% consideram "pouco satisfatório e restrito", indicando forte demanda por auxílio estudantil.

Em sua percepção, como avalia as políticas de bolsas, financiamentos, flexibilizações e apoio socioeconômico para permanência estudantil?

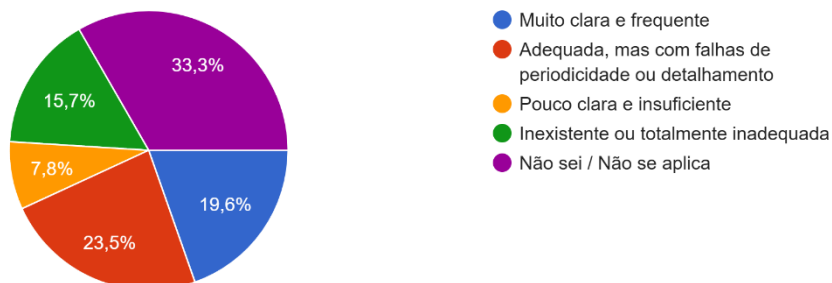
51 respostas



4.7 Prestação de Contas: 33,3% não sabem ou não se aplica, indicando que a prestação de contas externa não chega ao conhecimento de todos.

Em sua percepção, como avalia a prestação de contas por relatórios ou resultados de projetos a Parceiros/Empregadores/Órgãos reguladores etc.?

51 respostas



4.8 Planejamento e Reservas: 35,3% não souberam avaliar os mecanismos de mitigação de riscos (inadimplência/queda de matrículas).

Em sua percepção, como avalia os mecanismos para prever/criar reservas e mitigar riscos (inadimplência, variações de mercado, queda de matrículas etc.) na instituição?

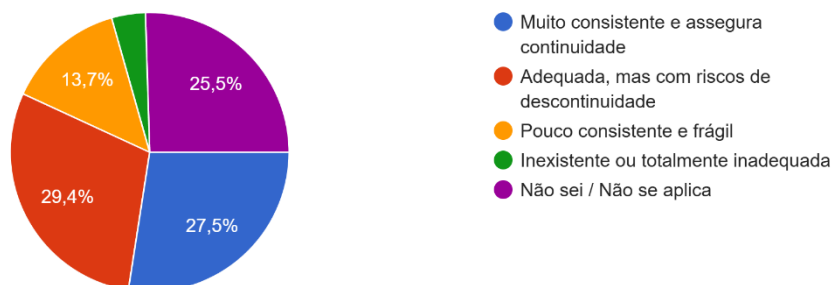
51 respostas



4.9 Custo-Benefício: 33,3% consideram adequado, mas com espaço para melhoria na relação qualidade/custos.

Em sua percepção, como avalia o planejamento financeiro, assegurabilidade, continuidade e resultados dos projetos de extensão, pesquisa e inovação?

51 respostas



As respostas qualitativas deste bloco revelam uma preocupação direta com o zelo pelo patrimônio público e com a eficiência na execução orçamentária. Os comentários podem ser organizados em três eixos de ação:

Desperdício de Recursos e Manutenção (Urgência Operacional)

Gestão de Insumos (Água): Um relato enfático aponta o desperdício de água devido a "torneiras quebradas". O respondente associa isso diretamente ao prejuízo financeiro acumulado ("total já gasto"), evidenciando que a falha na manutenção preventiva gera um custo evitável à instituição.

Infraestrutura de Acesso (Elevadores): A quebra frequente dos elevadores é citada como um problema recorrente. Este ponto afeta não apenas a sustentabilidade (custos de reparo), mas a acessibilidade e a mobilidade acadêmica.

Desburocratização Financeira: Uma sugestão técnica propõe o uso mais estratégico de fontes de recurso sobre as quais a Uncisal possui autonomia (ex: GPF - Gestão de Fontes Próprias), sem a necessidade de intermediação constante da SESAU.

Isso indica que parte da comunidade interna possui conhecimento sobre

o fluxo financeiro e identifica gargalos na dependência excessiva de órgãos externos para a execução de gastos imediatos.

Mensagens de Incentivo: O comentário "Que possamos fazer sempre o nosso melhor" demonstra um viés de engajamento e positividade, apesar dos problemas estruturais relatados.

Abstenção: 42% das respostas (3 de 7) foram negativas ("Não", "Sem notas", "Não, obrigado"), indicando que, para este grupo, as questões objetivas de sustentabilidade foram suficientes.

Com base nestes depoimentos, a CPA deve emitir as seguintes recomendações à Gestão Financeira e de Infraestrutura:

Força-Tarefa de Manutenção: Implementar uma revisão imediata do sistema hidráulico (torneiras e registros) para estancar o desperdício de água e reduzir a conta de consumo.

Contrato de Elevadores: Auditar o contrato de manutenção dos elevadores para entender por que as quebras são tão frequentes e buscar uma solução definitiva para garantir a acessibilidade.

Otimização de Recursos Próprios: Avaliar tecnicamente a sugestão de ampliar o uso das fontes de autonomia administrativa (como a GPF) para agilizar pequenos reparos e demandas urgentes, diminuindo a burocracia junto à SESAU.

PARECER DE RECOMENDAÇÕES DA CPA

Com base nos dados coletados e nas manifestações da comunidade acadêmica, a Comissão Própria de Avaliação recomenda à Reitoria e instâncias superiores as seguintes ações imediatas e estruturantes:

1. Gestão Acadêmica e de Pesquisa

- **Flexibilização da Pesquisa:** Revisar as normas da PROPEP para permitir o ingresso de alunos do 1º ano na Iniciação Científica ou criar o programa "Introdução à Pesquisa", visando aumentar o engajamento e a competitividade discente.
- **Desburocratização da Extensão:** Criar um Grupo de Trabalho (GT) para simplificar os editais de extensão, garantindo que a curricularização não seja um entrave ao fluxo acadêmico dos alunos.
- **Expansão da Pós-Graduação:** Realizar estudo de viabilidade para um Mestrado Profissional em Gestão Pública, atendendo à demanda reprimida de egressos e técnicos.

2. Infraestrutura e Sustentabilidade

- **Plano de Manutenção Preventiva:** Instituir uma força-tarefa para reparos hidráulicos (combate ao desperdício de água) e manutenção definitiva dos elevadores, garantindo acessibilidade e zelo patrimonial.
- **Modernização Tecnológica:** Priorizar a atualização de laboratórios e sistemas de TI, visto que 29,4% da comunidade os considera insuficientes ou pouco consistentes.

3. Políticas de Pessoal e Assistência

- **Assistência Estudantil:** Ampliar o orçamento ou buscar novas parcerias para políticas de bolsas e auxílio socioeconômico, identificada como a maior lacuna de satisfação discente (39,2%).
- **Comunicação Interna:** Desenvolver um plano que assegure o fluxo de informações "para dentro", garantindo que técnicos e docentes participem efetivamente das decisões estratégicas.

4. Fortalecimento Institucional

- **Engajamento Externo:** Implementar estratégias de busca ativa para egressos e parceiros externos, visando aumentar a representatividade deste segmento nos próximos ciclos avaliativos.

Este relatório deve ser utilizado como base para a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025-2029), assegurando que as melhorias sejam estruturais e coletivas.

ANEXOS

ANEXO A – Ações de divulgação e sencibilização (Registros Fotográficos)
Campanha com QR code

**SUA VOZ
TRANSFORMA
NOSSA
UNIVERSIDADE**

CPX
CONSELHO PROPRIO DE AVALIAÇÃO

[@uncisal.cpa](https://www.instagram.com/uncisal.cpa)

Aponte para o QR CODE e siga a CPA no Instagram.



**SUA VOZ
TRANSFORMA
NOSSA
UNIVERSIDADE**

CPX
CONSELHO PROPRIO DE AVALIAÇÃO

[uncisal.edu.br/cpa](https://www.uncisal.edu.br/cpa)

Aponte para o QR CODE e confira nossas melhorias propostas por você.



**SUA VOZ
TRANSFORMA
NOSSA
UNIVERSIDADE**

CPX
CONSELHO PROPRIO DE AVALIAÇÃO

cpa@uncisal.edu.br

Aponte para o QR CODE e fale, sugerindo ações.

Campanha com QR code

UNCISAL
Universidade Estadual de
Ciências da Saúde de Alagoas

WI-FI
ONÍVEL

QR CODE PARA CONECTAR

Senha: #accessilivre

SUA VOZ TRANSFORMA NOSSA UNIVERSIDADE

CPA

Aponte para o QR CODE e fale, sugerindo ações.

SUA VOZ TRANSFORMA NOSSA UNIVERSIDADE

CPA

Aponte para o QR CODE e confira nossas melhorias propostas por você.

o comunicação interna e manter todos atualizados. O Assessoria de Comunicação esta de Manda Corporativa no prédio-sede

operativa do prédio sede da Univali está, para (di e sala dos professores), 3º andar (suat)

É de caráter destinado a todos comunicando Univali, através dos docentes do Instituto de do Hall de Trabalho dos estudantes, e de Hall do 3º andar 4

se exclusivamente a informações relacionados às, saúde, eventos, oportunidades e outras

estão disponibilizadas regularmente pelo Assom do uni periodicamente para se manter atualizada,

para informação que considere relevante para os demais, assim como para avaliar a função

deve ser enviado à sala do Assom (situada no 3º andar) e liberado da divulgação em período

possibilitar pelo impresso. Os materiais devem estar disponíveis nos setores, no endereço de e utilizar a cor preto ou tons de cinza

estas placas formatadas A4 vertical, A4 horizontal, utilizada de frente e impressão no formato A3, de A4.

informações prestadas no mural a evitar remover as. Os cartões colados sem autorização

ção para tornar o Assom Corporativa uma área de comunicação interna.

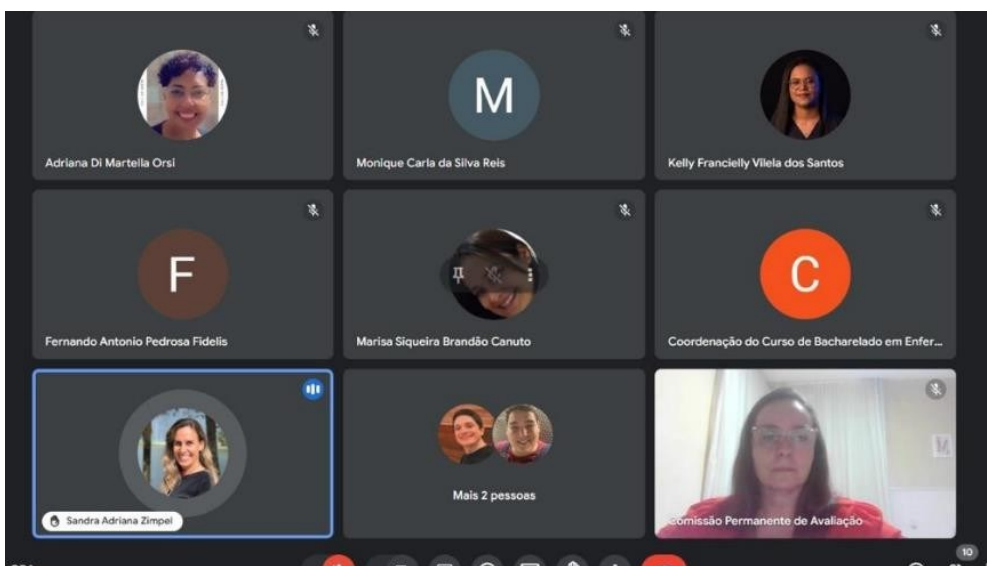
Campanha com QR code



Participação da CPA no CACUN



Reuniões da CPA



REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Decreto n. 4.160, de 16 de julho de 2009. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – Uncisal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 17 jul. 2009. Disponível em:

<<http://www2.Uncisal.edu.br/novoportal/downloads/57/estatutoUncisal.pdf>>.

Acesso em: 20 mar. 2025.

ALAGOAS. Decreto Nº 73.754, de 6 de março de 1974. Concede reconhecimento ao curso de Medicina da Escola de Ciências Médicas de Alagoas, mantida pela Sociedade Civil Escola de Ciências Médicas de Alagoas, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 8 mar. 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73754-6-marco-1974-422375-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ALAGOAS. Lei Delegada Nº 44, de 8 de abril de 2011. Define as áreas, os meios e as formas de atuação do Poder Executivo do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 9 abr. 2011. Disponível em:

<http://www.periciaoficial.al.gov.br/legislacao/leis1/LEI%20DELEGADA%20No%2044-%20DE%208%20DE%20ABRIL%20DE%202011.pdf>.

Acesso em: 29 jan. 2025.

ALAGOAS. Lei Nº 5.247, de 26 de julho de 1991. Institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 26 jul. 1991. Disponível em:

<<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/1991/lei%20ordinaria-5247>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

ALAGOAS. Lei Nº 6.145, de 13 de janeiro de 2000. Dispõe sobre as diretrizes básicas para a reforma e organização do Poder Executivo do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 13 jan. 2000.

Disponível em:

<<http://www.semarh.al.gov.br/institucional/legislacao-documentos/lei6145.pdf>>.

Acesso em: 29 jan. 2025.

ALAGOAS. Lei Nº 6.351, de 9 de janeiro de 2003. Reestrutura a Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – Uncisal. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 10 jan. 2003.

Disponível em:

<<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2003/lei-ordinaria-6351>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ALAGOAS. Lei Nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Reestruturação da Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho - Uncisal, como Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 28 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2005/lei-ordinaria-6660>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ALAGOAS. Lei Nº 7.598, de 3 de abril de 2014. Altera a Lei Estadual Nº 6.436, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estruturação e o sistema de remuneração das carreiras do magistério superior, analista em saúde, analista administrativo, gestor em planejamento de saúde, assistente em serviços de saúde e auxiliar em serviços de saúde, da Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho - Uncisal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 4 abr. 2014. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68645573/doeal-diario-oficial-04-04-2014->

pg- 10>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2015. BRASIL. HumanizaSUS: política nacional de humanização / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaSus.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lfb.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2025.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 abr. 2004.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1990.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em:

13 mar 2025.

BRASIL. Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 1993.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm>. Acesso em: 13 maio 2015. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Conselho Nacional de Educação. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, Parecer 776 de 03 de dezembro de 1997. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12986. Acesso em: 15 mar 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

BRASILEIRAS. Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em:

<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2011/legislacao_normas_documentos/extensao%20universitaria%20forproex%20organizacao%20e%20sistemizacao.pdf>. Acesso em: 13 mar 2025.